

A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985

Rural Catholic Action: changes and politics challenges between 1978 and 1985

Maria do Socorro de Abreu e Lima*

Resumo: Este artigo traz algumas importantes mudanças ocorridas na ACR entre 1978 e 1985, em consonância com o processo de reconquista da democracia no Brasil. Se no começo seu foco era particularmente voltado para questões sociais e religiosas, questões políticas, inclusive partidárias, passam a ser tratadas como sendo importantes e necessárias, acompanhando o processo de transformações que o país vivia. Isto aponta, também, uma tendência mais geral da Igreja Católica Progressista no Brasil naquele período.

Palavras chave: Igreja Católica; política; ACR.

Abstract: This article brings some important changes in ACR between 1978 and 1985, according to the reconquest of democracy process in Brazil. If in the beginning the focus was particularly about social and religious matters, political questions, including partidary actuation, begin to be treated as something important and necessary, in according with the transformation process occurred in this country. It represents, also, a more general tendency of the progressive Catholic Church in Brazil at that time.

Keywords: Catholic Church; politics; ACR.

* Professora Doutora – Departamento de História - Universidade Federal de Pernambuco.

Introdução

A Ação Católica Rural, fundada em 1965 por Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, e coordenada pelo padre francês José Servat, não é muito conhecida no ambiente acadêmico. Talvez por ter sido um movimento cujo foco era o meio rural e cuja atuação centrou-se basicamente no Nordeste do Brasil. Nos anos 70 e 80, apesar dos muitos casos de violência contra trabalhadores rurais nesta região, os choques entre os mesmos e os latifundiários no Norte e Centro-oeste do país assumiu tais proporções, inclusive envolvendo diretamente membros da Igreja Católica, que ficou muito mais conhecida a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que a da ACR. Tendo mudado seu nome posteriormente para Animação de Cristãos no Meio Rural, esse movimento teve importante papel na formação de várias lideranças do campo, sendo a mais conhecida Manoel José dos Santos, que começou sua militância no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, no sertão de Pernambuco, sendo posteriormente presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do mesmo estado (FETAPE) entre 1993 e 1998, quando então se tornou presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), de 1998 a 2009. Ao longo de sua existência a ACR procurou sensibilizar não só os trabalhadores rurais católicos dos estados do Nordeste, mas também de outras regiões do país em relação ao compromisso evangélico com os ideais de justiça e libertação a serem percebidos e assumidos pelos mesmos no seu cotidiano, mas não só. Várias questões relativas às condições de trabalho bem como ao direito a terra pressupunham uma abertura para as lutas sociais a serem levadas de forma organizada e coletiva. Nesse artigo, tomamos como referência algumas situações vivenciadas pelos trabalhadores no estado de Pernambuco, inclusive porque a sede do movimento ficava neste estado.

A partir dos anos 80, porém, em consonância com o processo de abertura política e redemocratização do Brasil, a ACR, como outros movimentos da Igreja Católica que já vinham discutindo e atuando politicamente numa linha de denúncia e resistência à ditadura, passa a discutir sobre política de uma forma mais concreta, intensa e questionadora. O que pode ser constatado em diferentes atividades desenvolvidas e publicações feitas pela ACR utilizadas para a elaboração deste escrito.

Este artigo teve como base uma pesquisa feita no jornal “Grito no Nordeste”, periódico trimestral (ou bimestral, durante alguns anos) da ACR e em alguns relatórios de Congressos da entidade que se encontram sob a guarda do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais (NUDOC/UFPE).

Um importante movimento de evangelização libertadora no meio rural

O estado de Pernambuco foi palco de um intenso processo de lutas e organização de trabalhadores rurais sob a forma de Ligas Camponesas e de sindicatos. No primeiro caso desde o final da era Vargas, sendo retomado em meados dos anos 50; no segundo a partir do início dos anos 60 do século XX. A zona da Mata possuía a maior concentração de trabalhadores rurais. Esta região era tradicional produtora de cana de açúcar cuja riqueza foi construída pela mão de obra escrava, mas, mesmo após o fim oficial da escravidão, não adotara efetivamente o regime de trabalho assalariado, particularmente na Mata sul. Os camponeses não tinham garantias em relação ao salário mínimo, assim como muitas vezes nada recebiam, pois seu dinheiro ficava retido sob o argumento de terem dívidas pelas compras feitas no barracão do engenho. Também não tinham direitos trabalhistas efetivamente reconhecidos como o direito a férias ou a indenizações, pois não havia uma legislação voltada especificamente para os trabalhadores do campo. O que só foi conquistado com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em março de 1963.

Nesse mesmo ano, em novembro, ocorreu a maior greve de canavieiros no período. Essa greve conquistou um aumento significativo dos salários e outras reivindicações entre as quais a implementação da Tabela de Tarefas, que tornava viável a aplicação do salário mínimo para os assalariados do campo que trabalhavam nas usinas e engenhos da região. Ao aglutinar diferentes forças que atuavam no meio rural para agir de maneira unificada, esta luta contribuiu para a articulação de uma entidade estadual unitária, como ocorrera em termos nacionais com a formação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em dezembro de 1963. Até então dois pólos distintos aglutinavam a maior parte dos sindicatos rurais: o Sindicato de Palmares, sob liderança do PCB, e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, sob liderança da Igreja.

Durante o governo de Miguel Arraes (31 de janeiro de 1963 a 1º de abril de 1964) os trabalhadores rurais puderam experimentar uma situação de incentivo à sua organização, respeito às suas reivindicações e não repressão aos seus movimentos, o que atraía intenso ódio da classe dominante local, em especial dos grandes latifundiários. Seu governo, assim como o governo federal presidido por João Goulart, era objeto de intensa campanha difamatória por parte da chamada grande imprensa, que defendia os interesses do grande capital multinacional e associado e se colocava com um projeto contrário às medidas reformistas propostas como saída para o desenvolvimento do país, entre as quais a reforma agrária (DREIFUSS, 1981).

A Igreja Católica também estava preocupada com a situação do homem do campo nesse período a partir de duas questões: de um lado, precisava dar respostas concretas diante da influência de outras forças político-ideológicas, particularmente a influência marxista levada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB); de outro, incentivar uma via de desenvolvimento reformista para o país a partir dos questionamentos de movimentos leigos liderados pela Juventude Universitária Católica (JUC), tendo como base a própria doutrina social da Igreja.

Afinal, vivia-se o sopro de renovação trazido pelo Concílio Vaticano II. De acordo com SEMERARO (1994, p.41-42):

Diante da gravidade do mundo rural, a CNBB vai multiplicar suas intervenções e conseguir um maior entrosamento com o governo e uma mais ampla coordenação entre os organismos dedicados às questões agrárias, com a intenção de promover o homem rural. (...). Em 21 de março de 1961, o Episcopado brasileiro assinava um convênio com o Governo federal para implantação do Movimento de Educação de Base (MEB) nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste, Centro e Oeste do país.

O MEB trouxe recursos do Estado para que a igreja implantasse um conjunto de escolas radiofônicas, formasse uma rede de monitores e animadores, organizasse encontros, reuniões e cursos no meio rural. Seus quadros eram leigos da Ação Católica,¹ organização da Igreja autônoma em relação às paróquias, muitos deles da própria JUC.

Outra maneira que a Igreja Católica criou para atuar no campo neste estado foi o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), através do qual conseguiu fundar vários sindicatos rurais. O SORPE procurava sensibilizar alguns padres para, a partir das paróquias, conhecer e reunir trabalhadores rurais católicos com vistas a esclarecê-los a respeito da importância de fundar sindicatos e cooperativas “buscando diminuir a influência do PCB e das Ligas no campo e levar os trabalhadores rurais a uma ação que, embora questionasse o nível de sua exploração, fosse moderada” (LIMA, 2012, p. 55).

Com o Golpe de 1964 houve intensa perseguição aos trabalhadores em geral, em especial às suas lideranças mais combativas. Em Pernambuco foram muitas prisões arbitrárias, torturas e mesmo assassinatos. O nível salarial caiu de forma abrupta, assim

¹ A Ação Católica se dedicava ao trabalho de evangelização e ação em setores específicos, como a Ação Católica Operária (ACO), havendo grupos definidos para as juventudes, como a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

como aumentaram as exigências para com os trabalhadores rurais. Os direitos recém conquistados no campo praticamente deixaram de ser cumpridos. Houve intervenção na quase totalidade dos sindicatos rurais. A situação no campo tornou-se desalentadora. Esse quadro de repressão às liberdades e perseguições políticas atingiu amplos setores democráticos e populares de todo o país, inclusive muitos membros do MEB.

É nesse momento que chega a Pernambuco Dom Helder Câmara, recém nomeado para assumir o arcebispado de Olinda e Recife em virtude da morte do arcebispo anterior, D. Carlos Coelho. De acordo com Severino Vicente da SILVA (2006), o período em que Dom Helder esteve à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR) representou uma época de progressismo, na qual prosperou a ideia de corresponsabilidade entre leigos e membros da hierarquia na perspectiva das mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II e, posteriormente, pelo Encontro de Medellín. Era grande a presença de padres estrangeiros, até porque as vocações não eram suficientes para suprir a necessidade de religiosos em nosso país. Esses padres mostravam-se muito sensibilizados diante da triste realidade dos menos favorecidos.

Na AOR tal contexto foi efetivamente sentido à medida que se criaram pastorais, movimentos e organismos que refletiam essa idéia. Entre eles podemos destacar: o Instituto de Teologia do Recife (ITER), o Seminário Regional Nordeste II (SERENE), a Pastoral Rural, a Comissão de Justiça e Paz, o Encontro de Irmãos, a Operação Esperança e a Ação Católica Rural. (SILVA, 2012, p.113).

Foi durante a realização do Concílio que Dom Helder manteve contatos que viabilizaram, posteriormente, a vinda desses padres estrangeiros para o Brasil. Entre eles José Servat, convidado para organizar a Ação Católica Rural a partir dessa Arquidiocese. Interessante realçar que a mesma abrangia uma área com muitos municípios que se situavam no meio rural, na zona da Mata.²

Seu grande objetivo era promover a conscientização dos trabalhadores rurais por meio do evangelho a partir de uma análise da realidade existente no campo, levando-os a uma ação transformadora a ser definida pelos mesmos. O método usado pela Ação Católica foi aplicado inicialmente na Bélgica ainda nos anos 40 do século XX e ficou conhecido como a pedagogia do VER-JULGAR-AGIR. Ao ser aplicado pode-se partir de

² São eles: Abreu e Lima, Amaraji, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Escada, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Pombos, Primavera, Recife, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão.

diferentes situações e ser desenvolvido a partir de variados matizes, porém apresenta alguns elementos essenciais conforme segue: ver um fato em seu conjunto, de forma ampla, verificando se é um fato isolado ou se existem outros idênticos; a quem este fato atinge; quais as causas materiais e morais do mesmo, bem como suas consequências. Num segundo momento, analisa-se o fato à luz do evangelho e, por fim, propõe-se uma reflexão sobre o que fazer diante dessa situação, procurando-se perceber o que isto significa em relação à própria vida. Esta reflexão pode implicar num compromisso à luz da mensagem de Cristo e da igreja para a construção de um mundo mais justo e mais humano, conforme CASTRO (1987, p.79-80).

Esse método foi a base de boa parte do trabalho levado pela Igreja Católica no período inclusive nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sendo incorporado pela Teologia da Libertação, conforme explicitado por SILVA (2012, p.143):

A novidade introduzida pela TdL ao método do Ver, Julgar e Agir foi a incorporação das ciências sociais como elemento de suas análises. Essas se mostraram viáveis à medida que propiciaram um entendimento não só conjuntural, mas também estrutural do problema da miséria e exploração do continente Latino Americano. Nesse sentido, a Teologia da Libertação assumiu o materialismo histórico como instrumento de reflexão, tornando o espaço político, econômico e social um lugar também teológico SILVA (2012, p.143).

Dessa forma era possível detectar as causas imediatas assim como as mais profundas da situação vivida no país e, particularmente, no Nordeste. A partir de uma visão mais integrada da realidade.

A preocupação pedagógica era desenvolvida não só nas reuniões, mas nos Encontros, nas atividades de formação, nos boletins bem como nas propostas de trabalho de massas. Costumava-se então, para sensibilizar as pessoas ou levá-las a atentar para algum problema que estava se colocando, realizar pesquisas a respeito daquele assunto. Dessa forma elas iam atentando para a questão, conversando a respeito, procurando se informar, refletindo. O que não significa dizer que não houvesse preparação com base em pesquisas acadêmicas, leituras e palestras, pois era importante conhecer a realidade de forma ampla e fundamentada.

Ao falar em libertação, palavra-chave nesta concepção de Igreja, deve-se pensar que isso significa sentir-se como um ser humano filho de Deus, e, assim sendo, assumir a

consciência de ser sujeito de sua própria história, superar os medos, “medo do dono, medo da polícia e dos poderes públicos, medo do padre, medo de Deus que castiga. O homem deve se descobrir capaz de fazer o seu destino unido a uma classe organizada, exigindo respeito a todos os direitos seus (...)”³.

É importante ressaltar como a ACR procurava por em prática essa ideia propondo não só a libertação individual, mas também ressaltando a necessidade de um trabalho coletivo, qual seja, “fazer o seu destino unido a uma classe organizada”. Na Arquidiocese de Olinda e Recife outros movimentos encontravam bastante incentivo, como foi o caso da Ação Católica Operária (ACO) e da Juventude Operária Católica (JOC).

O trabalho da ACR era feito a partir de contatos, encontros e reuniões com os camponeses. Por ser um movimento e não uma pastoral, mesmo que alguns padres ou bispos não o vissem com bons olhos ele poderia entrar numa região desde que alguns leigos estivessem dispostos a se integrar e desenvolver esse trabalho. A partir de 1966 surge o jornal Grito no Nordeste, importante meio pelo qual pudemos acompanhar a trajetória do movimento e suas preocupações mais gerais. Contudo, para um trabalho mais específico de formação da militância organizavam-se Encontros do Movimento, quando se refletia sobre as atividades desenvolvidas e planejava-se o que fazer no período seguinte.

Como a questão política era tratada pela ACR

Organizando-se numa região com tantas contradições, uma importante experiência de lutas anteriores ao Golpe e uma Igreja que se mostrava progressista, as questões políticas por certo se colocavam. E em diferentes ocasiões eram comentadas no jornal.

Ao trazer para o meio rural a discussão desse tema, o mesmo era tratado algumas vezes numa linguagem mais simples. E fundamentado a partir de um viés religioso, como segue:

(...) A Política é um jeito que os homens inventaram para melhorar a vida de todos. É a ciência de fazer o Bem Comum. É uma coisa muito boa e muito importante. Não pode existir uma Nação sem a Política. A Política interessa todas as pessoas. Toda pessoa já nasce político porque quer ver as coisas organizadas e pra frente. O cabeceiro⁴ e a lavadeira também são políticos, porque reclamam do Governo o custo de vida e outras coisas. Tudo isso é interesse pelo Bem Comum. Isso é Política.

³ Jornal Grito no Nordeste. Ano IV, jan.-mar 1969, p.2. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

⁴ Cabeceiro: nos matadouros, aquele que descarna as cabeças dos animais.

Faz parte da vontade de Deus que os homens se desenvolvam juntos, sem exploração, sem injustiça, com respeito e amor. Os cristãos principalmente devem participar na Política, como um dever de consciência (...).⁵

Ao colocar a política com algo bom e imprescindível, pois é a 'ciência de fazer o Bem Comum', o artigo pretende se contrapor a certa visão comum no campo de que política é intriga, coisa proibida ou que dá medo, presente em muitas pessoas que não descobriram o valor que ela tem, sem o qual 'não pode existir uma Nação'. Ao colocar a ideia de que todos já nascem políticos porque são capazes de dizer o que falta e o que está errado, e que podem reclamar dessas coisas e do governo, introduz elementos para que as pessoas percebam sua capacidade de crítica e que isso é legítimo, pois faz parte da construção do Bem comum. Além de que é inerente a todos, mesmo os pobres e sem estudo. Por fim, lembra que participar da política para o cristão é uma maneira de desenvolver e vontade de Deus, que propõe uma sociedade sem injustiças e exploração.

Ao longo da história da ACR as questões políticas sempre estiveram presentes. Afinal, o movimento foi criado no período da ditadura, e apesar do padre Servat considerar seu início como "os começos esperançosos, de 1965 a 1969, pois foi a época de sua construção, já então enfrentou dificuldades políticas. Um segundo momento, por conta mesmo da ditadura, ele denomina de os duros amadurecimentos, de 1969 a 1974. Por fim vislumbra os sinais de abertura, de 1974 a 1986"⁶. A primeira fase trata da criação do movimento, do apoio recebido por parte de seminaristas e estudantes, da formação de grupos e equipes, dos encontros regionais ou mesmo nacionais. Em 1968, em conjunto com a JAC Nacional, realizou-se o I Encontro Nacional da ACR na região de Campinas, São Paulo. Da mesma forma que a ditadura não aceitava as atitudes e protestos da JOC, desconfiava também das atividades da ACR, como rememora Servat:

A Assembleia foi perturbada por visitas quase cotidianas de Exército e da polícia federal. As autoridades estavam inquietas com um encontro em São Paulo de animadores rurais do Nordeste, de São Paulo e dos Estados do Sul, além da presença de diversos assistentes e padres nascidos dentro ou fora do Brasil. O que não se aceitava, já nessa época, é que camponeses

⁵ Educação para a política. Grito no Nordeste, ano IX, nº. 37, jan.-mar.-1976, p.5. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

⁶ Um grito no Nordeste: a experiência da ACR no Brasil – 1956 a 1986, p.10. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

falem de problemas de terra e de projetos de Reforma Agrária. A Assembleia elegeu uma coordenação Nacional da ACR.⁷

Nesse mesmo ano o movimento mudou seu nome para Animação de Cristãos no Meio Rural. Desde seu começo, o movimento se debruçava sobre os problemas do homem do campo, a falta de terra, a miséria, as injustiças. E discutia sobre a importância da organização de classe, entendida como sendo desde grupos pequenos, mas unidos em torno de alguma melhoria, organizando-se em cooperativas ou nos sindicatos. E voltando-se, particularmente, para a necessidade da Reforma Agrária. A terra era considerada como um direito natural, um bem comum, criação e propriedade de Deus.⁸

Em diversas edições o jornal trata desta questão, algumas tendo como títulos Trabalho e Terra, ou O homem e a terra. Existem artigos que trazem informações e análises de leis ou medidas do governo. Outros relatam conflitos e situações difíceis enfrentadas pelos camponeses devido à expulsão da terra, ou a atitudes desrespeitosas e humilhantes vividas pelos trabalhadores rurais, sua miséria, a perda de direitos. Também existem materiais para estudos com dados sobre a concentração de terras no Brasil. Como a preocupação pedagógica era constante inclusive nas atividades de estudos e debates, segue o roteiro de um documento elaborado pelo movimento e que parte de informações e ideias dos próprios camponeses, caminhando para dados mais fundamentados na parte final. A apostila se chama “A Terra e a Reforma Agrária no Nordeste Brasileiro”, e traz os seguintes tópicos:

I – A TERRA, com informações extraídas de questionários encaminhados anteriormente para os militantes, cujas respostas foram consideradas insuficientes mas importantes como ponto de partida para o debate;

II – A REFORMA AGRÁRIA – que fornece opiniões do povo, de proprietários, de sindicatos e do governo sobre o assunto;

III – FATOS SOBRE O HOMEM E A TERRA NO NORDESTE – com relatos de situações vividas pelos trabalhadores rurais relacionadas à questão, para que se possa avaliar suas causas e consequências;

IV – JULGAMENTO DE VALOR DA REFORMA AGRÁRIA – onde se encontram algumas indicações como a de que “a terra é condição de libertação do homem”; “é um direito natural”; “é a única esperança para o camponês e sua família”; “deve permitir uma

⁷ Idem, p. 17.

⁸ Apostila A terra e a reforma agrária no Nordeste brasileiro. Novembro 1969. Encontros da ACR 1966-1969. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

boa divisão de terras. Fazendo desaparecer as duas maiores pragas: - o latifúndio e o minifúndio;”.

V – UMA AÇÃO EM FACE À REFORMA AGRÁRIA – que aponta alguns passos necessários, como a urgência de uma conscientização maior a respeito; dispor-se de assistência técnica adequada; promover uma mudança na estrutura política e econômica do país. Entre as soluções apontadas pode-se destacar a seguinte proposta: “desapropriação das grandes propriedades, (...); o critério para a distribuição tem que ser o tamanho da família, tipo de região geográfica, qualidade da terra e condições de pagamento”.⁹ Ou seja, alguns pensavam numa reforma em que a terra seria comprada.

Nesses encontros promovia-se a reflexão sobre a vida pessoal e as atividades desenvolvidas e procurava-se fundamentar os dirigentes e militantes para que tivessem informações consistentes e se capacitassem a fim de analisar melhor a realidade. Dado o clima reinante após o Ato Institucional nº.5 de dezembro de 1968, que ampliou ainda mais as arbitrariedades do Estado ditatorial e permitiu, inclusive, o julgamento de crimes políticos por tribunais militares, a suspensão do habeas corpus nos casos de crimes contra a Segurança Nacional assim como o direito de demitir ou remover juízes, o caminho ficou aberto para uma maior utilização do aparato repressivo contra aqueles que resistiam e denunciavam o regime.

Sobre esse período denominado por Servat como “os duros amadurecimentos”, relata-nos o mesmo as dificuldades enfrentadas. Eis o seu testemunho:

O meio rural, sem defesa, viu aumentar as expulsões das terras, as migrações para os centros urbanos e, como toda a classe trabalhadora, sofreu dos arrochos salariais. Nesse clima de medo e sofrimento a ACR continuou amadurecendo sua organização e aprofundando a mística que é fonte da sua vida e de suas atividades: o conhecimento sempre melhor da realidade, a interpretação das situações e uma experiência de fé cristã autêntica da história vivida pelo povo brasileiro. Para isso, os instrumentos escolhidos se aperfeiçoaram: pesquisas, grandes Assembleias Gerais de uma semana, com mais de 100 participantes de doze a treze estados, e o jornal “Grito no Nordeste”. Os temas estudados tornaram-se mais concretos e preparavam a luta do futuro: Terra e Reforma Agrária (1969), Política e Bem Comum (1970), Convivência na Família com essas Realidades (1971), Sociedade e Poder (1972), Realidade

⁹ Idem p. 16.

Sindical no Brasil (1973), Trabalho e Trabalhadores (1973), O Produto do Trabalho (1974).¹⁰

Dentre os temas elencados, interessa-nos em particular o que trata da política. Como era comum nos debates da ACR, no começo são apresentadas algumas situações para serem analisadas de acordo com o método do VER-JULGAR-AGIR. Uma delas pareceu bastante instigante, e foi assim relatada:

Nas Frentes de Trabalho da Paraíba, o engenheiro do serviço disse que não aceitava nenhuma propaganda política na sua área de trabalho e até mandou arrancar um retrato de um candidato do M.D.B. Alguns dias depois, uma das “caçambas” que estão a serviço nas frentes estava toda enfeitada com retratos dos candidatos da ARENA. Uns operários andaram comentando o fato e se juntaram para pensar nesse caso. Tiveram depois a coragem de “passar isso na cara do engenheiro da Frente de Trabalho.”¹¹

É de se supor a coragem dos que interpelaram o engenheiro. O documento prossegue chamando a atenção para algumas atitudes a serem valorizadas, tais como “a pressão que os grupos pobres fazem diante dos poderosos ‘quando as pessoas estão organizadas não se vendem mais’ (caso das eleições)”; ou a ideia de que “o comportamento das autoridades, agindo mal, leva o povo a tomar consciência”. Também foi valorizado “o comportamento de um presidente de sindicato que rejeitou o dinheiro para fazer campanha eleitoral de um deputado”. Essas observações trazem elementos que permitem verificar formas de resistência no dia a dia dos trabalhadores, mesmo durante fases tão repressivas como foi o início dos anos 70. E conclui: “a política está a serviço de um grupo. A Justiça também está a serviço dos grupos que têm dinheiro.”¹²

Esta apostila traz ainda alguns pontos tratados na palestra de uma professora encarregada desse tema, que é uma breve revisão da História do Brasil mostrando o tipo de colonização que tivemos e a estrutura social que daí adveio. Foi apresentada a questão do voto e a divisão de poderes no país. Diante da indagação sobre quem realmente faz as leis, a resposta veio: “os donos do capital, ou seus candidatos aos cargos públicos. A propriedade é a base do poder no Brasil. Os ricos financiam as campanhas eleitorais.”¹³

¹⁰ Um Grito no Nordeste: a experiência da ACR no Brasil – 1956-1986, p.18. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

¹¹ Apostila A Política – Primeira Parte, p.1 – Encontros da ACR. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

¹² Apostila A Política, p.3 e 4.

¹³ Idem.

Em 1973 realizou-se na cidade de Olinda o 8º. Encontro Regional da ACR, que teve como tema de estudo o sindicalismo. Como preparação foi feita uma pesquisa que teve como objetivo suscitar questionamentos e uma tomada de consciência a respeito do assunto. Vieram respostas dos nove estados do Nordeste e ainda de Minas Gerais e São Paulo. A apresentação baseou-se nos resultados encaminhados pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. No primeiro, 97 pessoas foram entrevistadas, 92 no segundo, 334 no terceiro e 232 no quarto. Em três deles, 50% dos que responderam afirmaram não conhecer o sindicato; no Rio Grande do Norte, 30% deram essa resposta. O que demonstra o distanciamento dos dirigentes sindicais no período assim como o processo de burocratização dos mesmos, atuando de forma assistencialista. A maior parte dos membros ativos da ACR, contudo, participava dos sindicatos, inclusive nas diretorias.¹⁴ Esse dado é importante, pois, de um lado, demonstra o engajamento de seus membros nesse tipo de atividade. De outro, lembra que o sindicalismo rural depois do Golpe foi sendo refeito a partir de pessoas oriundas da Igreja Católica. Em Pernambuco, por exemplo, boa parte eram pessoas que vieram do SORPE, já que os comunistas, os membros das Ligas e mesmo simpatizantes da esquerda foram perseguidos de maneira tal que muitos abandonaram esse tipo de atuação. A violência, inclusive os assassinatos, era constante.

Ao fazer um breve histórico a respeito do sindicalismo rural são feitas referências às “Ligas Agrárias”, de Francisco Julião, assim como ao processo de fundação de sindicatos rurais pela Igreja. Não há menção aos comunistas ou outras forças políticas que tanto se empenharam antes de 64 na organização dos trabalhadores rurais. Não é possível afirmar se essa questão foi de alguma forma colocada no debate, embora não escrita no documento. Ou foi simplesmente omitida. A verdade é que se vivia, então, um dos piores momentos do período, e a Igreja enfrentava sérios problemas por sua atitude crítica e de denúncia ao regime de exceção que, como política de Estado, perseguia, prendia, torturava, assassinava e desaparecia com os corpos de muitos militantes que faziam oposição, armada ao não, à ditadura.

Ainda nesse Encontro, respondendo à questão sobre que sindicato se queria, foram feitas as seguintes afirmações:

Queremos um sindicato livre e autêntico, da classe dos trabalhadores, humilde e pobre, consciente dos direitos e deveres, independente das autoridades. Um sindicato que promove a classe e não seja outro patrão dela. Que os sócios tenham o direito de decidir, que una a classe. Que

¹⁴ Assembleia, 1973, p.1 e 2. Encontros da ACR. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

venha de baixo para cima. Que lute para [que] os trabalhadores também façam as leis. Que olhem para os problemas coletivos e não individuais. Que lute pela mudança da sociedade. Um sindicato que seja tipo “conta de rosário onde o Pai nosso está tão misturado com as ave-marias que não aparece um maior que o outro.”¹⁵

Essas propostas parecem muito próximas do que, anos depois, veio a ser concretizado com a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que englobava muitos setores da esquerda que atuaram na clandestinidade ou não, mas sem sombra de dúvida, boa parte das lideranças do catolicismo progressista.

Durante esse período a Igreja enfrentou vários problemas com a ditadura, em especial setores ligados a Dom Helder. Ainda em 1966, no governo do Marechal Castelo Branco, foram feitos ataques ao arcebispo por parte de um general do exército em virtude de que o prelado, com mais treze bispos do Nordeste, publicara um manifesto em apoio a ACO, a ACR e a JOC, que já vinham denunciando a injustiça social que existia na região. Alguns trechos do referido manifesto encontram-se em ALVES (1968, p. 60):

Proclamamos, com o Concílio, que o trabalho supera em valor e em dignidade aos demais elementos da vida canônica, e reconhecemos que não pode haver desenvolvimento ou promoção onde não se coloca o homem em primeiro lugar. Onde se desrespeita a pessoa humana, onde não se tem as vistas voltadas para o bem comum, ou não se defende a igualdade essencial de todos os homens, não existe desenvolvimento nem cristianismo. Ora, os documentos citados e outros informes que nos chegam de diversas regiões do Nordeste dão conta de uma situação vexatória a que se acham submetidos operários urbanos e trabalhadores rurais.

Embora esse mesmo documento mais adiante afirme que a Igreja “não toma posição contra ninguém (...) sente-se devedora a todos, patrões e operários, assalariados e proprietários, pobres, ricos e homens de condição média” (Idem), reafirma que, por imperativo de consciência, volta-se de preferência para os mais sofrendores e condena as injustiças. Nesse episódio a solidariedade a D. Helder foi grande, e a crise nas relações com o governo foi contornada.

¹⁵ Assembleia 1973, p.8. Encontros da ACR. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

Em janeiro de 1968, porém, o arcebispo foi chamado em Juízo por ter proferido um discurso para trabalhadores rurais no qual falou, entre outras coisas, que “o governo sabe que, sobretudo no interior, a Polícia não tem meios de resistir ao ricaço local, manda-chuva todo-poderoso que controla, direta ou indiretamente, a política, a polícia, o juiz de direito, os jurados, etc.” (ABREU E LIMA, 1968, p.179). Sua defesa foi feita com base em fatos históricos gerais e ancorada em citações do historiador pernambucano Oliveira Lima que não podiam ser contestadas.

Nesse mesmo ano a Ação Católica Operária, juntamente com a Juventude Operária Católica, realiza um congresso no Recife. Anteriormente a ACO já havia lançado um documento que tinha o título de “Nordeste, desenvolvimento sem justiça”. Ou seja, as posições desses movimentos vinham se explicitando de antes. Inclusive muitos membros da JOC haviam sido detidos ou presos com o golpe de 64 em diferentes partes do país. Segundo o mesmo artigo, no Congresso de Recife ficou claro que “o desenvolvimento integral do homem era incompatível com o capitalismo”. Ou seja, era necessário superar o capitalismo e construir uma sociedade sem classes.

Em 1969 a Igreja do Recife sofre duro golpe com o sequestro, tortura e morte do padre Antônio Henrique Pereira Neto, levado a efeito pelo Comando de Caça aos Comunistas. O referido padre era responsável pela pastoral da Juventude na Arquidiocese, e foi o primeiro membro da igreja assassinado pela ditadura. Outro padre importante que passa a ser perseguido é o professor de Teologia do Seminário Regional Joseph Comblin, acusado pelo vereador de extrema direita Wandenkolk Wanderlei de ser comunista. O referido prelado termina sendo impedido de retornar ao Brasil após uma viagem realizada em 1972.

E qual a situação em que se encontrava o Nordeste, especialmente a zona rural de então? Como já foi indicado, o pouco que havia sido conquistado com a greve de 1963 foi perdido pelos camponeses, com o não cumprimento da Tabela de Tarefas. A repressão, com prisões e assassinatos de líderes tornou-se uma ameaça no horizonte dos trabalhadores rurais. O descumprimento dos direitos trabalhistas também era comum, como o não pagamento do 13º.salário, dos feriados, o não recolhimento do imposto sindical, o não cumprimento dos contratos de trabalho, a expulsão de moradores dos engenhos, sendo estes obrigados a irem morar nas “pontas de rua”, nas cidades, o contrato de trabalho passando a ser feito com intermediários que levavam os camponeses para o eito onde trabalhavam sem nenhum direito, numa situação de total dependência.

Do ponto de vista da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco reorganizada a partir do SORPE o golpe foi aplaudido, pois livrou o Brasil do comunismo

ateu. Apesar de seu antigo presidente, Manoel Gonçalo, que era ligado à igreja, mas militante da organização de esquerda Ação Popular ter sido preso. A diretoria que então assumiu a entidade confiava em Castelo Branco, até porque este, em novembro de 1964 assinou o Estatuto da Terra, orientando a política de reforma e desenvolvimento agrário com vistas a, entre outras coisas, “classificar os imóveis, realizar uma melhor distribuição da propriedade e dar-lhe uma função social, patrocinar a colonização oficial e particular, apoiar o desenvolvimento do cooperativismo, regulamentar o arrendamento rural” conforme Lima (2012, p. 129). Seu princípio era a modernização, e se transformou muito mais em proposta de colonização de novas áreas que em melhorias para os camponeses. Como nada de concreto em benefício dos mesmos aconteceu, parte dos dirigentes camponeses de origem católica percebeu que a ditadura só servia aos interesses dos proprietários. E foi, então, deixando de confiar nos militares e buscando, com base na defesa da lei, lutar pelo respeito aos direitos dos trabalhadores rurais. E isso dependia do conhecimento sobre legislação que esses líderes adquirissem, e do seu compromisso com a justiça. Houve aqueles mais ousados, ligados à Igreja progressista, que se tornaram defensores dos trabalhadores, mas também aqueles que, por medo ou acomodação, nada faziam. Apenas participavam de um sindicato acomodado, quando muito assistencialista.

Esse quadro, eventualmente, era sacudido por manifestações de trabalhadores que não mais suportavam a situação de miséria em que se encontravam. Assim é que continuaram a existir pequenas greves ou ameaças de greve pelo pagamento do 13º. salário ou pagamentos de atrasados devidos pelos proprietários. Em outubro de 1968 ocorreu importante greve de cerca de três mil canavieiros no município do Cabo de Santo Agostinho. Dada a força do movimento, o ministro do Trabalho Jarbas Passarinho deslocou-se para a região a fim de negociar com os grevistas, comprometendo-se a encaminhar importante reivindicação da categoria, que consistia no direito dos assalariados rurais de serem incluídos no atendimento dado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o que, à época, só era permitido aos trabalhadores urbanos. O pagamento dos débitos das usinas deveria ser efetivado, assim como as assinaturas das carteiras de trabalho dos canavieiros. Contudo, o ministro levou o movimento ao seu término com a seguinte ameaça: “A greve está sendo declarada ilegal e só depende de vocês ser evitada uma repressão, por vingança, dos patrões. Ao lado da lei vocês contam conosco, sem lei, é rebelião, e o Governo terá que se afirmar” (LIMA, 2012, 139).

As lutas, porém, continuaram em diferentes momentos. Em 1972 ocorreu o Massacre de Matapiruma, envolvendo 72 trabalhadores desse engenho situado no

município de Escada, que ganharam na Justiça suas reclamações relativas ao direito de férias, 13º. salário, repouso remunerado, entre outras. Conforme SILVA:

O dono do engenho não pagou e ainda, com apoio de pessoas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), promoveram o massacre, quando, dos três líderes, um foi morto, José Inocêncio Barreto; outro foi preso, Luiz Inocêncio Barreto, conhecido também como “Luiz Carneiro”. Os três eram irmãos. Como reagiram, o vigia e pistoleiro do engenho, Severino Fernandes da Silva, também foi morto, além de agentes do DOPS terem saído feridos SILVA (2012, p. 162).

A notícia foi publicada apenas no jornal O Estado de São Paulo, mas o Boletim Arquidiocesano transcreveu a matéria. Diante dessa situação a arquidiocese, a ACR e outros setores da sociedade como a FETAPE, ajudaram na fuga de Luiz Inocêncio bem como na manutenção das famílias dos que sofreram diretamente com o massacre. Assim relatou o padre Servat: (...) “Os conventos da Madalena e de São Bento, tal como a Paróquia do Morro da Conceição, ajudara a salvar Luiz Inocêncio” E prossegue: “Transportávamos Luiz Inocêncio com o Fusca da ACR de um lugar para outro” (SILVA, 2012, p.163).

A ACR durante o processo de abertura

De acordo com Servat, “os sinais de abertura” indicam um novo momento coincidente com os governos dos generais Geisel e Figueiredo, quando tem início o processo conhecido pelo nome de abertura. No período anterior, do general Garrastazu Médici, houve o desmonte das oposições armadas com base em intensa repressão baseada na Lei de Segurança Nacional, com vistas a impedir qualquer ação do movimento democrático, sindical e popular sob o argumento de neutralizar o “inimigo interno”. Foram inúmeros os assassinatos e desaparecimentos de pessoas que lutavam contra a ditadura. Apesar do medo e da repressão, a população em 1974 reagiu por meio das eleições, que deram ao MDB expressiva vitória.

Um pequeno artigo a respeito foi publicado no Grito no Nordeste:

Parece que no interior mais do que na cidade, muitos ainda votaram para não desagradar aos poderosos, para não perder o favor de seus benfeitores. Como dizia uma eleitora: “O prefeito é muito caridoso,

merece que eu vote no candidato dele”. Ela só estava esquecendo que o posto médico da cidade é mantido pelo prefeito não com o dinheiro dele, mas com o dinheiro do povo. Porém, na zona onde os donos da terra vivem mais afastados do povo (por ex. na zona da mata), o povo parece ter usado o voto com mais liberdade, com mais consciência política. O voto foi mais do eleitor que do cabo eleitoral. Não seria este um resultado muito positivo das últimas eleições?¹⁶

A indagação colocada no final do texto convida à reflexão. Esse não é um texto apenas de informação. Apesar de constatar um fato, coloca a questão da importância de se ampliar a formação de uma consciência política. O que vai se tornando gradativamente uma proposta mais presente nas atividades da igreja em geral, que procura, contudo, e como seria de esperar em uma instituição de caráter religioso, uma correspondência entre seu papel de estar no mundo e, ao mesmo tempo, religar-se aos aspectos espirituais. Assim é que em 1975 retoma-se a questão das eleições do ano anterior. Ao considerar a necessidade que todos têm de explicar o resultado de 13 milhões de votos para o MDB e sete milhões para a ARENA, coloca várias possibilidades, boa parte das quais tendo um sentido e uma correspondência com a realidade, questionando desde o modo como são indicados os candidatos até seus compromissos e interesses particulares, bem como a inconsequência de muitos eleitores. Mas tudo isso chamando a atenção para uma leitura da realidade marcada pelo sentido de ser discípulo de Cristo.

Então, apresenta algumas indicações do que inquieta os cristãos diante das eleições, como segue:

Certamente, os cristãos engajados na missão do Evangelho deram também explicações. É certo que eles não são mais entendidos do que os outros homens, mas vêem as coisas com uma luz nova que vem do Evangelho. (...) Eles querem saber se o povo foi consultado sobre quem deve ser candidato, ou se o candidato foi imposto pelo “chefão” do lugar que, sozinho, escolhe um parente ou um xeletéu e o empurra no eleitorado desinteressado. Os cristãos querem saber se os candidatos apresentados têm embocadura para a Política, quer dizer, se têm capacidade para fazer o Bem Comum, ou se é para “banciar pose” e ganhar 6, 8, 10 mil cruzeiros por mês com sombra e água fresca, só visitando o povo de quatro em quatro anos. Os cristãos querem saber se os candidatos se comprometeram em resolver os problemas maiores, a Reforma Agrária,

¹⁶ Grito no Nordeste ano VIII, nº. 32, out.-dez. 1984, p. 21. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

a garantia dos direitos das pessoas, ou se vão para a Assembléia só balançar a cabeça, como lagartixa, para dizer sim a tudo. (...) ¹⁷.

Aqui novamente reafirma-se a relação entre participar da política e defender o bem comum, exemplificado na defesa dos direitos das pessoas e no compromisso com a reforma agrária.

No governo Geisel, porém, continuou a repressão, agora mais voltada para o PCB, mas também atingindo a direção do PCdoB assim como mantendo a perseguição a inúmeros membros da Igreja progressista. Sabe-se hoje que apesar de posar de “bom moço”, esse general-ditador tinha conhecimento de que assassinatos ainda eram cometidos contra presos políticos. O que não admitia era que certas coisas acontecessem sem ter o seu conhecimento e aval.

A abertura proposta pelo governo deveria, então, ser “lenta, gradual e segura” com vistas a garantir a manutenção de muitas das prerrogativas militares bem como que fosse o menos traumática possível para todos os que, militares ou civis, atuaram e se beneficiaram daquele regime (ZAVERUCHA, 2010).

Também ocorreram mudanças de ordem internacional que devem ser consideradas, tais como o fim da Guerra do Vietnã, com a derrota dos Estados Unidos, que, desmoralizados, passaram a criticar os regimes ditatoriais que haviam ajudado a instalar na América Latina, vindo a adotar o discurso de defesa dos direitos humanos na busca de conseguir certa credibilidade recuperando sua projeção em termos políticos. Mas os movimentos sociais também iam, gradativamente, se recompondo e aglutinando, marcando presença, questionando.

Em novembro de 1976 a Comissão Central da CNBB divulgou um documento “condenando a repressão contra a Igreja, a violência generalizada, as injustiças sofridas pelas classes populares, a impunidade concedida à violência de direita, a distribuição injusta de terras, a situação dos índios e a doutrina de segurança nacional”, conforme MAINWARING (2004, p. 175). No ano seguinte a mesma comissão lança outro documento fundamental, “Exigências Cristãs de uma Ordem Política”, no qual, de acordo com o mesmo autor (2004, p,175),

Insistia na responsabilidade do Estado na defesa dos direitos humanos e na promoção do bem comum; fazia uma crítica contundente ao processo elitista nas decisões que excluía a maioria da população, conduzindo à

¹⁷ Grito no Nordeste, ano IX, nº. 34, abr.-jun. – 1985, p.6. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

marginalização das massas; enfatizava a importância da participação e das liberdades e atacava a doutrina de segurança nacional, que era o fundamento do regime militar. Era a primeira vez que os bispos, enquanto um corpo coletivo, haviam aprovado um documento tão progressista.

Nesse mesmo ano o Grito no Nordeste traz mais uma vez um artigo que trata de política. Criticando a mentalidade acomodada do camponês desinteressado pela mesma, considera que educá-lo para a política é urgente, pois

Faz parte da vontade de Deus que os homens se desenvolvam juntos, sem exploração, sem injustiça, com respeito e amor. Os cristãos principalmente devem participar na Política, como um dever de consciência e como obra de caridade muito mais importante do que dar esmolas. A esmola é boa, mas não tira ninguém da pobreza. A Política é melhor porque faz leis que aposentam os velhos e dão pensão às viúvas e muitas outras seguranças. A esmola do compadre patrão é boa, mas não resolve o caso da falta de terra para trabalhar. A Política é melhor porque faz as leis da Reforma Agrária, que adquire as terras de quem tem sobrando, para distribuir com os que só têm sete palmas de terra no cemitério!¹⁸

Importante chamamento à responsabilidade do cristão pode ser percebido na leitura deste artigo, quando insiste na necessidade de participação na política como um dever de consciência, indicando de forma concreta como atuar nesta esfera. Através dela é possível conquistar ganhos efetivos para os menos favorecidos.

Nesse mesmo ano, ao comentar sobre o pleito para eleger prefeitos e vereadores, insistindo na relação entre seguir o Evangelho e fazer política, afirma que “o católico entendido em Política e firme na fé tem obrigação de aceitar cargos públicos, se puder fazer uma administração digna e abrir caminho ao Evangelho”¹⁹ Mas adverte que se tenha cuidado com os usos que podem ser feitos do nome da Igreja, de Frei Damião, de Padre Cícero, do Vigário, das Freiras. Ou seja, os setores da direita, representados aqui pela menção a padre Cícero e a Frei Damião, que tinham muitos devotos no meio do povo, usavam desse expediente para arrebanhar votos.²⁰ Esses setores procuravam desacreditar

¹⁸ Grito no Nordeste, ano X, nº. 37, jan.-mar. 1976, p.5. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

¹⁹ Grito no Nordeste, ano X nº. 38, abr.-jun. 1976, p.5. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

²⁰ Importante lembrar que no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, Frei Damião deixou-se fotografar ao lado de Collor de Melo, que foi eleito numa disputa contra Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

as pessoas sobre a importância de renovação, e o jornal chama a atenção para uma maneira que estava sendo utilizada com vistas a desacreditar nas candidaturas mais progressistas: “Agora, a invenção mais nova é dizerem que aposentaram os velhos e candidataram os responsáveis da ACR ou do Sindicato, para ganharem a eleição mais fácil. Se forem eleitos, já se sabe o que acontece: ou faz o que o chefe quer, ou é cassado como subversivo”.²¹ Ou seja, de acordo com essa linha de raciocínio, de nada adiantaria querer renovar os políticos.

No número seguinte o assunto volta a ser tratado, desta vez trazendo uma reflexão mais profunda sobre a importância de se escolher um candidato que tenha posições comprometidas com a defesa dos interesses do povo, chamando a atenção para a necessidade de serem feitas novas leis em busca dos direitos humanos para todos. E indica duas cartilhas para quem quiser aprofundar-se no assunto: “Votar consciente e participar”, da Diocese de Natal, e a “Cartilha ABC”, da Diocese de Fortaleza. Ou seja, é a Igreja progressista utilizando-se dos meios de comunicação para sensibilizar e divulgar suas preocupações de forma massiva.

Final dos anos 70 e início da década de 80: o que muda?

Do ponto de vista dos movimentos sociais, são muitas as mudanças que vão ocorrer nessa nova conjuntura. Os movimentos de massa se reorganizam a partir de diferentes interesses desde a segunda metade dos anos 70. Os movimentos de bairro reivindicam e lutam pela melhoria nos transportes urbanos, pela construção de creches, escolas, postos de saúde, pela legalização de terrenos e pelo direito à moradia. As mulheres, que vêm se aglutinando de maneira crescente desde 1975, reivindicam o reconhecimento de muitos direitos, denunciam a violência, questionam o machismo e a discriminação de que são vítimas. Os estudantes reconstroem suas entidades e retomam as ruas, em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. Os trabalhadores questionam a política do arrocho salarial, denunciam os índices forjados pelo governo no tempo em que foi ministro Delfim Neto, o alto custo de vida, as péssimas condições de trabalho. O Movimento Contra a Carestia colhe mais de um milhão de assinaturas contra o aumento dos preços e os baixos salários. As greves vão sendo retomadas: são os metalúrgicos do ABC paulista em 1978, os bancários, professores, funcionários públicos, motoristas, entre tantas outras categorias de profissionais urbanos, inclusive o operariado.

²¹ Idem.

Todos esses movimentos juntamente com amplos setores democráticos debatem e questionam o regime vigente. Intensifica-se a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, assumida particularmente pelas mulheres. Crescem as pressões políticas sobre o regime militar, por liberdade e democracia. E o governo ditatorial, que enfrenta também uma crise de caráter econômico, já que o período do chamado “Milagre” apresentava sinais de esgotamento, procura saídas que ainda o mantenham em funcionamento. Então vem a proposta de reforma partidária.

Da mesma forma que ocorreu durante a ditadura mais ferrenha, quando a Igreja realizou denúncias no Brasil e no exterior, acolheu os perseguidos, incentivou a população a resistir, agora abria suas portas para que esses mesmos setores pudessem se organizar e encaminhar suas reivindicações. Muitas reuniões dos movimentos e assembleias de grevistas eram feitas nas igrejas, dado o clima de perseguição e repressão que ainda existia.

E no campo, como andava esse processo? O que estava acontecendo em Pernambuco?

A população do Sertão em torno do Rio São Francisco lutava para não ser expulsa sem direitos quando se inicia o processo de desapropriações por conta da construção da barragem de Itaparica, num enfrentamento à Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Os trabalhadores reivindicavam que a desapropriação fosse feita levando-se em conta o interesse social dos camponeses. “Terra por Terra na margem do Lago” foi a palavra de ordem central do movimento.

Na zona canavieira, em outubro de 1979 vai ocorrer importante greve envolvendo diretamente 20 mil e indiretamente cerca de cem mil trabalhadores rurais e que foi vitoriosa. No ano seguinte a greve foi maior, os patrões agiram de forma violenta e a própria Polícia Militar desencadeou a repressão. Ao longo dos anos 80 as greves foram constantes, havendo algumas vitórias embora, muitas vezes, os proprietários descumprissem os acordos firmados. A solidariedade de amplas forças de esquerda, assim como da Igreja foi constante.

No início dos anos 80 também ocorreu uma enorme seca no Nordeste. Os trabalhadores se organizaram então para exigir a formação de Frentes de Trabalho. Havia problemas como os baixos salários, os atrasos no pagamento, a má vontade em contratar mulheres para trabalhar, a influência dos grandes proprietários, que queriam controlar o alistamento e procuravam fazer obras que viessem a beneficiar suas propriedades. Onde o sindicato rural era mais organizado e mobilizava a população, algumas soluções podiam ser encontradas. Eis o relato de uma situação enfrentada por um membro da ACR, conforme Lima:

Em julho de 1981, camponeses esfomeados invadiram a cidade de Serra Talhada. A polícia, imediatamente, prendeu o presidente do sindicato, querendo saber quem estava orientando os camponeses para aquela atitude. Manoel José dos Santos respondeu que sabia e completou: - “É a fome.” A polícia não desistiu e continuou: - “Há envolvimento político?” Ao que ele respondeu: - “Há. É o envolvimento do prefeito, dos vereadores, dos deputados, que não fazem o que deveriam estar fazendo.” Ele acabou sendo solto, pois não havia nada que o incriminasse (LIMA, 2012, p.157).

Esse sindicalista, militante da ACR cuja trajetória já foi indicada na Introdução, Manoel José dos Santos, era ligado ao Partido dos Trabalhadores e, portanto, visto como “radical”. Anos mais tarde foi entrevistado por um jornal local juntamente com outros militantes do PT tidos como combativos. A matéria publicada teve como título “O Sertão vai virar Marx”.²²

No ano anterior, na região do Pajeú, ocorreu a primeira mobilização contra a seca com vistas a exigir a construção de obras comunitárias. O então presidente do Sindicato Rural de Afogados da Ingazeira, Antônio Marques, que posteriormente veio também a ser presidente da FETAPE, foi atuar no sindicato depois do Golpe de 1964 levado pelas mãos da Igreja, incentivada pelo Arcebispo da região, Dom Francisco Austragésilo de Mesquita. Sua formação política também se deu a partir de Encontros de Formação promovidos pela igreja progressista local. Eis o relato reproduzido em Lima:

Quando eu cheguei ao sindicato, aí chega a comissão dos deputados. Inocêncio Oliveira, Roberto Freire...José Carlos Vasconcelos e mais dois parlamentares, do Ceará e de Sergipe. Quando eu cheguei, aquele homão na minha frente: - “O que é que o senhor está querendo?” Inocêncio (perguntou). -“Eu num to querendo nada. Agora os trabalhadores tão querendo trabalho e salário” - “Então me traga o pacote de reivindicação. Me dê, que eu vou apresentar”. ~”Não senhor, quem vai apresentar as reivindicações aqui sou eu, o sindicato. Esse documento, inclusive, ele num tá oficializado ainda não, os trabalhadores não aprovaram ainda. Vamo aí prá assembleia que vai ser na praça aí ‘ - Não senhor! Porque...” .Quando chegaram lá ainda tentaram junto com o secretário da

²² Diário de Pernambuco, 06.mar. 1988, p.13.

Agricultura e o prefeito, de impedirem de eu falar. Aí criou-se outro tumulto (...). Eu lia uma reivindicação, aí pedia a aprovação. Aí o pessoal levantava o saco vazio. Chega era bonito aquele saco vazio. Tiraram foto. E assim foi. Depois eles tudinho falaram, apoiando a reivindicação (LIMA, 2012, p. 156).

Esses dois exemplos demonstram a coragem de enfrentar a polícia ou os políticos tradicionais, a combatividade na maneira de organizar as ações, seja a invasão da cidade ou mesmo quando apenas uma concentração na praça, mas massiva. O modo de conduzir a ação implicava em priorizar o coletivo e, portanto, o apoio da população. Nos dois casos percebe-se uma visão política que associava coerência e compromisso com base no Evangelho.

A partir de 1978 a FETAPE vai assumindo uma posição um pouco mais combativa, e que se refletiu na organização e direção de muitas lutas, assim como nas denúncias acerca de ameaças e assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais no estado, que na região foi crescente durante todo o governo do General Figueiredo. Afinal, apesar de estar na defensiva, a ditadura ainda dirigia o país. É importante lembrar também que em 1980 foi expulso o Padre Vito Miracapillo, sob argumento de que se recusara a rezar uma Missa solicitada pelo prefeito da cidade de Ribeirão, zona da Mata de Pernambuco, no dia 7 de setembro, com base na lei do estrangeiro, então recém criada pela ditadura. Esse processo ocorreu a partir da solicitação de um grupo de políticos do PDS (antiga ARENA) juntamente com donos de usinas e senhores de engenho, que chegaram em outra ocasião a invadir a Igreja para impedir que ali se realizasse uma missa.²³ Ou seja, apesar de algumas reformas, a ditadura continuava claramente presente e repressiva.

Mesmo durante a Nova República, as perseguições contra as lideranças sindicais no meio rural se mantiveram. Em termos mais gerais, temos em 1979 a promulgação da Anistia e a Reforma Partidária. Em 1982, as primeiras eleições de caráter nacional para governador de estado e ainda no final do governo do general João Batista Figueiredo, a Campanha pelas Diretas Já. Ao longo desse processo, como atuou a ACR politicamente?

Já no início de 1980 o jornal traz uma matéria que fala da criação dos novos partidos pelo governo, e apresenta os mesmos de forma breve, chamando a atenção para o fato de que esses partidos continuam a manter a defesa dos interesses dos empresários, e que a reforma foi feita para dividir a antiga oposição e, com isso, beneficiar o governo, numa análise crítica com relação à medida. Ao falar do PMDB, faz uma distinção entre os políticos comprometidos com os problemas sociais (os autênticos) e os mais conservadores

²³ Grito no Nordeste, ano XIV, nº. 57, out.-dez. 1980, p. 8. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

(moderados). Ao tratar do PT, coloca que o mesmo tem uma maioria de líderes sindicais, fazendo menção a Lula, e realça que esse partido “vai se tornando um elemento de defesa – e de ataque – não somente diante do regime do Governo, mas diante daqueles que tentam controlar o sindicalismo autêntico.”²⁴ Mais uma vez o jornal não só informa, mas também dá elementos para que seus leitores se capacitem e possam analisar criticamente a realidade.

Já no ano seguinte este assunto vai ser tratado em quase todas as edições do jornal. Em seu primeiro número traz uma matéria intitulada “Sindicalismo ou Partido Político?” tendo como referência um encontro ocorrido na Europa entre Lula e Lech Walesa, que dirigia o sindicato livre Solidariedade, na Polônia. Após traçar um paralelo entre as duas lideranças, propõe algumas reflexões, entre as quais reafirma o fato de que, com a reforma partidária o governo dividiu a oposição dando liberdade para se criar diversos partidos, não permitindo, contudo, que o sindicalismo fosse livre, pois era um órgão oficial utilizado pelo governo como uma instituição de assistência social, o que não deveria acontecer dessa forma. Ao discorrer, porém, sobre o assunto, apesar de falar sobre a importância das duas atividades, a política e a sindical, chama a atenção para a dificuldade em se equacionar adequadamente o problema já que, no Brasil, a maioria dos partidos de oposição não nasceu com o compromisso de estar voltado para o povo, mas sim de estar ligado às camadas abastadas da população.

A questão faz todo sentido, pois, como o próprio artigo aponta, “o perigo é que com as dificuldades encontradas e os apelos recebidos, os sindicatos se tornem sedes de partidos políticos que vão utilizá-los como instrumento de propaganda”.²⁵ Como resolver o impasse? A proposta é que se inicie um debate, a partir de fatos, para que se possa compreender melhor o assunto. O tema dos partidos clandestinos vai ser tratado em outros números do jornal.

Na segunda edição do ano de 1981, ao falar novamente sobre Reforma Partidária, traz a questão dos clandestinos, não indicando, porém, que se refere aos partidos comunistas que não puderam entrar na legalidade, mas tinham atuação de massas e, portanto, estavam presentes nos sindicatos e movimentos sociais. Não dá para se entender por que, de um lado afirma que o PT surgiu das lutas metalúrgicas, para depois afirmar que da mesma forma que o PMDB e o PDT, nasceu de cima para baixo, o que pode ser conferido na citação abaixo:

²⁴ Grito no Nordeste, ano XIV, nº. 53, jan.-mar. 1980, p. 8. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

²⁵ Grito no Nordeste, ano XV, nº. 58, jan.-fev. 1981, p. 4-5. Arquivo ACR NUDOC/UFPE.

De oposição prá valer, são setores do PMDB, do PDT e PT (nascido das lutas metalúrgicas em São Paulo). Por causa de limitações impostas pelo Governo Militar, muitas outras tendências políticas se abrigam nestes três partidos. Umás mais fortes, mais radicais e outras mais moderadas. Apesar de assumirem, às vezes, as reivindicações populares, estes partidos ainda surgiram de cima para baixo, não saíram das bases. Estão aí, tentando convencer as pessoas, conseguir votos, tomar o poder – objetivo de todo partido político. (...) O cristão não pode ficar indiferente à atividade político-partidária. Ela pode vir a ser instrumento de libertação do povo. Contudo, deve ficar bem consciente do que quer e do que faz para não deixar-se instrumentalizar. Para não se tornar joguete nas mãos dos donos do poder político.²⁶

Mais para o final do ano, porém, como parte das atividades desenvolvidas na Assembleia Geral da ACR realizada em Olinda entre 18 e 25 de outubro e que contou com a participação de 110 trabalhadores rurais de treze estados, o tema dos partidos políticos foi apresentado de forma mais tranquila e consistente. Em vista disso, e considerando que seria oportuno reproduzir as informações apresentadas no artigo intitulado “Não existe democracia”, optamos por apresentá-lo na íntegra:

Diversos agrupamentos políticos são constituídos por movimentos e partidos seguidores da ideologia (pensamento) marxista. Mas no Brasil de hoje, eles são impedidos de existir e de se expressar livremente, o que é injustiça numa democracia.

Como na realidade, eles existem e pensam, querem participar da vida política do país. Para isso, precisam de uma espécie de “guarda-chuvas”, de frentes que vão permitir a liberdade de expressão e a possibilidade de ações políticas.

Alguns desses grupos pensam que podem viver melhor com o PMDB e outros com o PT. Isso não quer dizer que esses dois grandes partidos, estejam de acordo com tudo o que pensam os movimentos proibidos pelo sistema atual. Mas esses partidos aceitam de encontrar com eles uma maneira de viver e de colaborar, sobretudo em vista das eleições.

Assim sendo, agrupam-se no PMDB: o PCB (Partido Comunista Brasileiro) com o seu jornal “Voz da Unidade”; o PC do B (Partido Comunista do Brasil), com o jornal “Tribuna da Luta Operária”; o MR-8 (Movimento

²⁶ Grito no Nordeste, ano XV, nº. 59, mar.-abr. 1981, p. 8. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

Revolucionário Oito de Outubro, que lembra a morte de Che Guevara, na Bolívia) e o PCR (Partido Comunista Revolucionário), ambos com o jornal “Hora do Povo”.

Outros encontram-se organizados junto ao PT: o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário); o Movimento Libelu (Liberdade e Luta) com o jornal “O Trabalho”; o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), com o jornal “Companheiro”; a Convergência Socialista com os jornais “Versus” e “Em Tempo” e ainda um grupo chamado “Ala Vermelha”, como também alguns núcleos de dissidentes, ou seja, pessoas que saíram do PC do B.²⁷

Em primeiro lugar é importante ressaltar o questionamento já colocado no título, sugerindo desde o início os limites dessa democracia, que é injusta por não permitir a liberdade partidária. A referência aos partidos é positivada na medida em que é dito que existem, pensam, e têm direito à liberdade de expressão, não se aventando que sejam oportunistas, ou que queiram se aproveitar dos partidos legais. Ao contrário, é sugerido que procuram conviver de acordo com interesses e necessidades comuns. Ao nomear os mesmos e indicar seus meios de informação, a ACR cria condições para que seus militantes possam conhecer e avaliar melhor as forças políticas com as quais se deparam nos movimentos políticos e sociais em que estão inseridos.

Nesse período a Igreja, então, já começava a perceber a existência de dois problemas: um era a preocupação de que uma parte do seu rebanho se entusiasmasse com os movimentos de massas e fosse priorizando os mesmos, em detrimento do tempo dedicado às atividades pastorais. O outro era no sentido da influência que os marxistas poderiam ter na concepção de mundo e no direcionamento político de muitos cristãos. Se durante a ditadura, em sua fase mais crítica, a Igreja abriu as portas aos perseguidos e aos ‘homens de boa vontade’, a partir do avanço da redemocratização foi, de modos diferentes ou em momentos diversos, colocando a necessidade de cada um seguir o seu caminho, o que é compreensível, pois a instituição também tem sua visão de mundo, sua estrutura própria e sua razão de ser, que é de caráter religioso.

Como os movimentos de massa avançaram e o sindicalismo foi dando passos consideráveis com a formação da CUT em 1983, e mesmo da CONCLAT em seguida, pode-se afirmar que os comunistas tiveram maior interesse em desenvolver sua militância nos movimentos sociais.

²⁷ Grito no Nordeste, ano XV, nº. 63, nov.-dez. 1981. p. 4-5. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

Com relação aos católicos progressistas, houve os que continuaram ligados à instituição nas atividades próprias de caráter religioso buscando conciliá-las com sua atuação nos movimentos sociais; assim como outros que priorizaram as lutas populares, sindicais e partidárias, e se afastaram de suas anteriores obrigações.

Nas eleições de 1982, todos os estados do Nordeste elegeram governadores do PDS. À época, falou-se muito que, como se vivia um período de seca intensa, houve uma grande pressão sobre as cidades do interior, muitas dependentes de carros pipa para seu abastecimento de água, o que era controlado pelos que já estavam no poder, sendo esse um dos elementos que explicariam o resultado eleitoral. Apesar de não ter sido encontrada nenhuma avaliação específica da ACR sobre o pleito, logo em seguida é publicada uma matéria a respeito escrita por um trabalhador de Imperatriz, no Maranhão, que coloca algumas preocupações. Após chamar a atenção para alguns aspectos positivos, como o fato de que foi possível viver-se uma experiência concreta fundamental, descobrir a peso da responsabilidade dos militantes e conhecer outras pessoas, aponta algumas questões a serem consideradas:

Conseguimos levar para uma campanha política demagógica, mentirosa, promesreira, de ludibriação, uma experiência nova: a nossa própria vida, como ela é. Conseguimos desmascarar que política é coisa de rico, levamos a vida do povo, suas angústias e experiência aos palanques, dita pelo próprio oprimido. Descobrimos que isto chocou, foi de encontro a realidade política tradicional. Os companheiros, sem reflexões anteriores, sem trabalhos anteriores não entenderam como política. Outros gostaram, valorizaram, mas não acreditaram nas pessoas, pois eram trabalhadores sofridos como eles.²⁸

Esse problema aconteceu em diferentes regiões, o do não reconhecimento de seus iguais como pessoas aptas à política, dignas da confiança e, portanto, merecedoras do seu voto. Muitos eleitores consideravam que quando um trabalhador, em especial vindo do mundo sindical, se candidatava era porque estava buscando privilégios. Ou que eram esferas diferentes, o mundo sindical e o mundo da política institucional. Foi um longo processo, o do reconhecimento de que a esfera de atuação política institucional também abarca um espaço no qual os trabalhadores e seus representantes são inteiramente legítimos.

²⁸ Grito no Nordeste, ano XVI, nº. 69, nov.-dez. 1982, p. 8. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

Outros problemas chegaram a ser apontados, como o de um candidato queixoso de que não contou com o apoio dos membros da ACR, embora não explique os motivos. Sendo de Alagoinha, Pernambuco, o mais interessante foi verificar que, provavelmente, o mesmo candidato reconhecia ter dado um passo além do possível, quando dizia: “ (...) tive 144 votos de pessoas livres e conscientes. Se tivesse me candidatado a vereador teria sido eleito, porque o povo achava que para prefeito não tinha condição.”²⁹ Essa colocação indica outro problema, não perceber como era prematuro já concorrer diretamente a prefeito mesmo, ou especialmente, em uma cidade do interior. Em todo caso, as referências indicam sempre a necessidade de que o movimento continuasse fazendo um trabalho que se abrisse mais para a questão da participação política.

Os jornais da ACR, contudo, não trazem mais matérias com a assiduidade de antes, talvez porque o engajamento de seus militantes e os debates tenham se intensificado nos próprios partidos, geralmente PT e PMDB. Em 1984 o assunto volta por conta da Campanha das Diretas, tendo inclusive uma foto na qual se percebem três faixas: uma, do sindicato rural de Paudalho, explicitamente Pelas Eleições Diretas, outra, dos trabalhadores rurais de Limoeiro, Contra a Violência e a Lei de Segurança Nacional, e mais uma, protestando contra a violência no campo. Ou seja, os trabalhadores rurais de Pernambuco estiveram, concretamente, engajados na campanha. As lutas nesse estado, inclusive, foram intensas ao longo de toda a década. Muito ligada à CONTAG, a Federação de Pernambuco engajou-se ativamente na construção da CONCLAT, enquanto boa parte das lideranças que se constituíam como oposições sindicais no campo engajaram-se na CUT.

A ditadura militar terminou oficialmente em 1985, embora continuássemos sob os auspícios de um governo eleito de forma indireta. Apesar de ser um civil, José Sarney era um político originário da Arena, depois do PDS, que estivera, portanto, ao lado dos militares durante todo o regime ditatorial. O processo de redemocratização foi sendo completado, com muitas limitações, a partir da liberação dos partidos clandestinos e da posterior promulgação da Constituição em 1988. Ao longo desse período a ACR continuou debatendo sobre política e conclamando seus militantes a participarem da Constituinte.

A ACR manteve seu trabalho no campo ainda por muito tempo, embora perdendo espaço a partir de meados da década de 80, quando parte de seus membros passaram a se integrar à Pastoral Rural, conforme Maupeau (2012).

²⁹ Grito no Nordeste, ano XVII, nº. 71, mar.-abr. 1983, p.2. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

A Igreja progressista no Brasil assim como na América Latina, começou então a enfrentar problemas de outra monta: o próprio Vaticano passou a adotar uma política conservadora e a nomear bispos com esta visão, críticos à Teologia da Libertação com vistas a enfraquecer ou mesmo destruir as estruturas pastorais anteriores (LÖWY, 2000). Quando da aposentadoria de Dom Helder Câmara em 1985 foi nomeado para seu cargo Dom José Cardoso, que desarticulou o trabalho anterior e demitiu a maior parte das lideranças populares da Arquidiocese, que tiveram que se organizar de outra forma, mais independente da estrutura oficial da Igreja. Algo que se julgava improvável no período áureo da Teologia da Libertação, e que veio a criar grandes dificuldades para todos os movimentos e pastorais, a ACR e a CPT entre eles.

Referências Bibliográficas

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Das passeatas estudantis às lutas dos trabalhadores rurais, 1968 em Pernambuco. *Clio*, número 26.I, 2008.
- ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do Povo*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1968.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- CASTRO, Gustavo do Passo. *As comunidades do Dom: um estudo sobre as CEBs no Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1987.
- LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MAUPEAU, Samuel Carvalheira de. *La Commission Pastorale de la Terre dans le Nord de la zone de la canne à sucre du Pernambouc: une nouvelle manière d'être Église? Thèse d'Histoire*. Doctorat de l'Université de Toulouse, 2012.
- SEMERARO, Giovanni. *A primavera dos anos 60*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- SILVA, Pedro Henrique Pacheco da. *Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.
- SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites do progressismo na Arquidiocese de Olinda e Recife (1950-1990)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988 In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

